

# OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS DEVE CRESCER

Ministro quer 2º grau mais profissionalizante, mas diz que prioridade continua sendo a reforma do ensino básico

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, não esconde a animação com que está iniciando o ano. Comemora um desempenho que diz ter superado suas expectativas em 1995 e se prepara para enviar ao Congresso mais uma série de projetos, que devem completar a reforma que o governo está promovendo na educação. Resignando com o que considera pouco interesse da imprensa pela sua pasta, ele avalia que foi bem sucedido, dentro do possível, na tarefa de colocar na ordem do dia o debate sobre a necessidade de dar prioridade ao ensino fundamental.

Na entrevista que concedeu com exclusividade ao **Jornal da Tarde**, Paulo Renato apontou os principais problemas do ensino brasileiro, fez um relato sobre o andamento dos projetos do MEC e adiantou algumas medidas que serão tomadas em 1996.

**Jornal da Tarde - A educação esteve nas primeiras páginas dos jornais no início de 1995, quando o senhor propôs a reformulação do vestibular. Depois disso, embora tenham surgido projetos importantes, o tema perdeu espaço no debate nacional. A que se deve essa sensação de marasmo, numa pasta que recebeu agora elogios públicos do presidente?**

**Paulo Renato Souza -** A área social, em geral, tem pouca repercussão nos meios de comunicação. Quando a gente faz alguma coisa importante, aquilo é notícia por um ou dois dias e depois acaba. O episódio do vestibular, no começo do ano, se explica por ser essa a época do vestibular. Era natural que houvesse uma repercussão acima do normal junto à classe média, que lê jornal, e está interessada nesse assunto. Mas não foi esse o único momento em que a educação esteve nos jornais. Quando nós anunciamos o repasse de recursos direto para as escolas, a ampliação do Programa do Livro, o lançamento da TV Escola, para citar alguns exemplos, tivemos repercussão importante nos dias seguintes. Só que isso tudo é episódico.

**Em termos estruturais, quais os principais problemas que persistem no sistema educacional brasileiro?**

Eu acho que o ponto-chave é a questão do 1º grau. O grande gargalo da educação brasileira está no 1º grau, onde o problema básico é repetição. Então, nós temos de tratar de tudo o que tem a ver com qualidade.

**E o que é que tem a ver com qualidade na educação?**

É ter um professor bem formado, bem treinado e bem remunerado. É ter uma escola funcionando direito, com materiais e livros de boa qualidade.

**Numa de suas primeiras entrevistas como ministro, o senhor falou que apenas 50% dos recursos destinados às escolas chegavam às salas de aula.**

## Resumo das ações do MEC em 1995

| Medidas educacionais   | Medidas administrativas  |
|--|--|
| ✓ Prioridade ao ensino fundamental: enviou ao Congresso emenda que vincula 15% de toda a arrecadação de Estados e municípios ao ensino fundamental | ✓ Mudança institucional: aprovação da medida provisória que criou o novo Conselho Nacional de Educação (CNE) |
| ✓ TV Escola: lançamento de um programa de capacitação de professores, transmitido via satélite   | ✓ Avaliação de estudantes: introdução de testes de final de curso para os alunos de graduação                |
| ✓ Ampliação do Programa Nacional do Livro Didático: passou a atender também alunos de 5ª a 8ª série  | ✓ Avaliação de escolas: unidades deverão ser recredenciadas periodicamente no CNE                            |
| ✓ Ampliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: aumento do fornecimento de merenda de 101 dias para 170 dias                              | ✓ Escolha dos reitores: projeto tornou mais democrática as eleições dos reitores das universidades federais  |

fundamental?

A tramitação vai bem. A emenda já teve a sua admissibilidade aprovada na Comissão de Educação da Câmara e o presidente (da Câmara) Luís Eduardo Magalhães já pediu aos líderes dos partidos que indiquem os membros da Comissão Especial.

**Uma vez aprovada a emenda no Senado, o que acontece em termos práticos?**

A partir daí, nós temos de mandar (para o Congresso) o projeto de lei que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Professor. Este projeto já está pronto e, se a emenda for aprovada, imagino que ele passará rapidamente. Portanto, eu acredito que antes do final do primeiro semestre nós vamos ter uma lei regulamentando a redistribuição do dinheiro dentro da área da educação, em favor do 1º grau.

Alguns segmentos do sindicalismo dos professores criticam este projeto, porque ele não inclui a fixação de um piso salarial para a categoria.

Não inclui, porque, se tentássemos estabelecer um piso salarial para o Brasil, nós acabaríamos rebajando os salários das zonas mais desenvolvidas, como São Paulo.

**A prioridade em 1996 passa a ser a reformulação do ensino de 2º grau?**

A prioridade continua sendo aprovar a emenda que beneficia o 1º grau, mas ao mesmo tempo nós queremos começar a mexer no 2º grau, no ensino técnico e na questão do financiamento das universidades.

**Quais são as metas?**

No 2º grau, o que nós buscamos é, basicamente, uma diversificação curricular, para dar ao aluno uma certa perspectiva de profissionalização. Nós queremos ampliar brutalmente a oferta de ensino técnico, para que os nossos jovens possam ter outras opções de formação profissional que não apenas a universidade. No financiamento da universidade, o que nós queremos é a autonomia universitária, por meio de uma lei que garanta o dinheiro para a universidade, mas ao mesmo tempo dê a ela liberdade para fazer seu orçamento e se auto-administrar.

**Quando o senhor diz que o 2º grau no Brasil é arcaico, o senhor quer dizer exatamente o quê? O que ele tem de errado e para onde deve ir?**

É um 2º grau que apenas prepara o aluno para o vestibular. Ele não dá um sentido de evolução da tecnologia de hoje. O aluno sai do 2º grau apenas com a formação teórica para enfrentar o vestibular. Não sai preparado para enfrentar a vida.

**A ideia é transformar o 2º grau num nível técnico de ensino?**

Nós queremos é ampliar as opções. O 2º grau de preparação para a universidade deve continuar existindo, mas junto a ele nós podemos ter outras opções, entre elas o ensino técnico, que forma o aluno para o mercado de trabalho. Essa mudança curricular não depende de lei, mas apenas da aprovação dessas diretrizes pelo Conselho Nacional de Educação.

**E para acabar com o vestibular, o que é preciso?**

Primeiro, temos de mudar a legislação, para permitir que as universidades tenham autonomia para definir o seu critério de ingresso. Por outro lado, nós vamos criar um exame final de 2º grau, que será optativo para o aluno e para as universidades.

Nossa proposta é a de que as universidades passem a reservar, por exemplo, 30% ou 40% de suas vagas aos alunos que desejem prestar esse exame e neles sejam aprovados. O restante ficaria a critério de cada universidade. A de Brasília, por exemplo, pretende reservar um certo número de vagas para os melhores alunos avaliados ao longo do 2º grau.

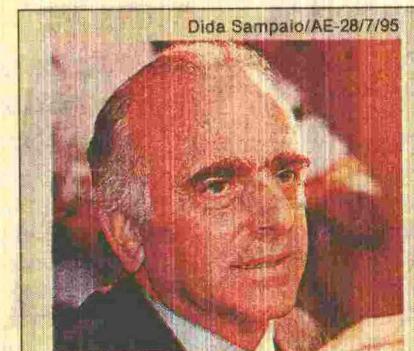
**Quando esse exame final de 2º grau será criado?**

Nós vamos ter o exame já neste ano, em setembro ou outubro.

**Então, o vestibular está com os dias contados?**

O exame de 2º grau não vai abolir o vestibular de 1997. Aliás, eu acho que o vestibular vai sobreviver ainda por muitos anos. Mas, na medida em que esses outros sistemas começarem a se impor, por serem mais eficientes, o vestibular irá perdendo sua função. Hoje, ele é um sistema respeitado de avaliação. O vestibular é uma das coisas que têm mais credibilidade no País. Portanto, um outro sistema, terá de ganhar.

**Leia a mesma credibilidade amanhã sobre os últimos estudos de reforma preparados pelo Ministério da Educação**



**NÓS VAMOS TER  
O EXAME FINAL DE 2º  
GRAU JÁ NESTE ANO,  
EM SETEMBRO OU  
OUTUBRO**

(Do ministro da Educação  
Paulo Renato Souza)